

"Marta enfrentou um candidato troglodita; foi uma vitória extraordinária."

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT, sobre a vitória de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo, ontem, em reunião com a cúpula do partido, em São Paulo

## Metas sociais: ética e o mais pobre dos pobres



MARCELO  
CÔRTE  
NERI

O debate brasileiro circunscrito ao "piorou ou melhorou" deveria incorporar a velocidade almejada de progresso social. Insisto na proposta de que governos, em geral, se comprometem com a trajetória futura de indicadores sociais de forma a nortear e fomentar o debate com a sociedade. A avaliação da eficácia das nossas, sempre criticadas, políticas sociais carece de parâmetros. Abordamos aqui uma questão mais ética do que técnica: que metas fixar?

O IDH da ONU goza de visibilidade, comparabilidade e credibilidade. Os seus componentes são mais simples que o IDH agregado, além de evitar ponderações arbitrárias. Os alvos sugeridos seriam a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino, alfabetização e esperança de vida ao nascer. Esses elemen-

tos incorporam incentivos explícitos à acumulação de capital humano, o que é bom a longo prazo tanto para o tamanho como para distribuição do bolo.

A mudança básica sugerida em relação ao IDH seria a troca do PIB per capita por um índice de pobreza. O PIB parte do pressuposto ético, ou julgamento implícito de valor, que "cada um vale o que ganha", além de não adicionar valor ao debate já travado. A escolha do índice de pobreza, por sua vez, envolve outros aspectos éticos. Primeiramente, a fixação da linha de pobreza. A linha de indigência cobre apenas as despesas de alimentação para suprir necessidades calóricas mínimas correspondentes a R\$ 76 por pessoa, segundo cálculos ajustados por diferenças de custo de vida sobre a PPV do IBGE. A abordagem mais simples e popular é a da contagem do número de pobres. No caso do índice denominado P0, contamos a parcela da população cuja renda familiar per capita está abaixo da linha arbitrada. Cálculos sobre a Pnad também do IBGE indicam uma proporção de indigentes de 29,3%. Obviamente, os miseráveis não querem só comida, mas identificamos os mais necessitados.

O P1 é um outro indicador que revela quanta renda adicional cada pobre deveria receber para satisfazer as suas necessidades básicas. P1 constitui um indicador mais interessante que P0 por diferenciar o muito pobre do pouco pobre. A sua utilidade para o desenho de políticas sociais é direta, pois informa os valores necessários para erradicar a indigência, assumindo identificação perfeita do pobre e de sua respectiva insuficiência de renda.

O P1 despreza custos operacionais mas fornece a base de cálculo do custo do programa perfeito de erradicação da pobreza, capaz de içar os miseráveis até o piso de suas necessidades, nem um centavo a mais ou a menos. Porém, o maior irrealismo é assumir que os não-pobres não abocanhem os recursos do programa.

O custo mínimo da erradicação da indigência nacional seria R\$ 9,97 ao mês por brasileiro, o que corresponde aproximadamente a 3,93% da renda nacional, segundo a Pnad. O programa perfeito da erradicação da miséria custaria cerca 18,8% do orçamento social das três esferas de governo. Portanto, recursos existem, mas tem de ser realocados.

Finalmente, o indicador conhecido como P2 eleva ao quadrado a insuficiência de renda dos pobres, priorizando as ações públicas aos mais desprovidos. Se a meta fixada fosse a redução do P0, existiria incentivos espúrios para a adoção de políticas focadas no segmento logo abaixo da linha de pobreza e não nos mais miseráveis. Além desse viés, o foco das

**Os pobres merecem mais do que políticas pobres; não basta contar miseráveis, os mais miseráveis deveriam contar mais na meta social**

políticas seria bastante sensível à escolha sempre arbitrária da linha de pobreza.

No caso do P2, independentemente da linha arbitrada, a prioridade é sempre voltada aos de menor renda. A adoção do P2 corresponde à instituição de uma espécie de ascensor social que partiria da renda zero. A meta de redução do P2 ao conferir prioridade máxima às ações voltadas para os mais carentes é

mais eficiente em termos fiscais. O pobre genuíno é barato. Caro é gastar com segmentos mais abastados o orçamento social, como tem sido a experiência brasileira. A correção dessa distorção constitui o principal objetivo do sistema de metas sociais.

Em suma, metas sociais são para serem levadas a sério. As prioridades da política social estão mal definidas com a contagem de pobres (P0), sua implicação é "primeiro os menos pobres". Apesar da complexidade associada a maior aversão à pobreza do P2, o seu corolário imediato "primeiro os mais pobres" é, em minha opinião, ética e fiscalmente mais adequado. O ataque à ignorância exige inteligência. Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, os mais miseráveis deveriam contar mais na formulação das metas sociais.

**Marcelo Côrtes Neri**, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br